

# ADOÇÃO DAS IFRS: ANÁLISE DOS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS NOS PAÍSES DO G20

Ana Katiursia Sugawara de Souza<sup>1</sup>

Reiner Alves Botinha<sup>2</sup>

## RESUMO

Convergir aos padrões contábeis internacionais tornou-se relevante, pois essa convergência visa a atribuir qualidade, comparabilidade e transparência às informações contábeis. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo principal identificar como as IFRS favorecem as relações comerciais dos países, e como objetivo secundário, analisar se a transparência das demonstrações contábeis proporciona maior facilidade no estabelecimento de relações de negócios. Foi testada a relação entre a facilidade de fazer negócios e as variáveis contábeis por meio de uma regressão linear múltipla, tendo sido analisados quatorze países pertencentes ao G20 nos anos de 2015 e 2016. Como resultados, verificou-se que as variáveis contábeis IFRS e *disclosure* explicam a facilidade de fazer negócios e conferem maior poder explicativo aos modelos quando na ausência de variáveis representativas do ambiente contábil dos países.

**Palavras-chave:** IFRS. Convergência contábil. Facilidade de fazer negócios.

## ABSTRACT

Adherence to the convergence of international accounting standards has become relevant because this convergence aims to attribute quality, comparability and transparency to accounting information. In this context, the main objective of the present study was to identify how IFRSs favor trade relations in the countries and, as a secondary objective, to analyze whether the transparency of financial statements makes it easier to establish business relations. The relationship between the ease of doing business and the accounting variables through a multiple linear regression was tested, and fourteen countries belonging to the G20 were analyzed in the years 2015 and 2016. As a result, it was verified that the accounting variables IFRS and disclosure Explain the ease of doing business and gives greater explanatory power to the models when in the absence of variables representative of the accounting environment of the countries.

**Keywords:** IFRS. Accounting convergence. Doing Business.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Contabilidade pela Fundação Carmelitana Mario Palmério - FUCAMP, em Monte Carmelo-MG. ✉anaebinho221103@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador da autora e professor dos cursos de Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mario Palmério - FUCAMP, em Monte Carmelo-MG. ✉reiner.botinha@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, aderir à convergência dos padrões contábeis internacionais tornou-se relevante, para que houvesse uma estrutura mais acessível aos interesses dos investidores do mercado de capitais e dos gestores de empresas em âmbito global. Essa convergência ocorreu por meio da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), com vistas a atribuir qualidade e transparência à informação contábil e aprimorar as características qualitativas dessa informação (ANTUNES et al., 2012).

Dessa forma o processo de convergência contábil tornou-se uma necessidade para um melhor desempenho das empresas no mercado internacional, uma vez que a credibilidade da informação contábil visa a proporcionar um melhor fluxo de capital e investimento que resulte em desenvolvimento econômico (SANTIAGO, 2016). Entretanto, Calixto (2010, p. 11) menciona que o “[...] padrão IFRS é complexo, oneroso, com destaque para a falta de conhecimentos e diretrizes para uniformizar a interpretação dessas informações”. Logo, a convergência quando é imposta gera custos, dificuldade de adaptação e interpretação.

Para Domenico et al. (2014, p. 67), a adoção das normas IFRS altera de forma significativa apenas a estrutura de capital, principalmente no tocante à imobilização do patrimônio líquido das empresas; nos demais indicadores econômico-financeiros, a referida adoção não causou impactos relevantes. Já para Lee et al. (2010, apud GATSIOS et al., 2016), a adoção do sistema de contabilidade aumenta a qualidade da informação divulgada, reduz a assimetria de informação entre a empresa e os investidores e, conseqüentemente, os custos de análise e de tomada de decisão por parte dos investidores, refletindo-se diretamente na redução do custo de capital das empresas.

Entretanto, Lourenço e Branco (2015, p. 3) afirmam que “A adoção das IFRS conduzirá, assim, a uma melhoria da capacidade dos investidores tomarem decisões financeiras informadas, a uma melhoria das condições de investimento e/ou financiamento e a uma eficiente alocação de recursos financeiros em nível mundial”. O aumento da qualidade e comparabilidade das demonstrações financeiras terá como resultado informações úteis melhorando a tomada de decisão gerando um impacto positivo na capacidade de analistas e investidores.

Hoque e Monem (2016), contribuem com a discussão, argumentando que a adoção das IFRS permite integrar os negócios da empresa ao comércio internacional, aprimora as práticas de negócios das empresas locais, eleva o grau de integração dos mercados de capitais, estimula investimentos diretos estrangeiros (ao reduzir a percepção de riscos no País), e ainda

proporciona que o Governo simplifique as regulamentações e processos. Percebe-se na literatura que as IFRS favorecem as relações comerciais dos países.

Nesse contexto, o problema de pesquisa fica formulado da seguinte forma: como a adoção das IFRS pode impactar as relações comerciais dos países? Isso posto, o objetivo deste artigo é identificar de que maneira as IFRS impactam nas relações comerciais dos países, uma vez que esse fator foi apontado pela literatura como um dos impactos proporcionados pelo processo de convergência contábil. Como objetivos específicos têm-se: i) analisar os impactos positivos e negativos da adoção das IFRS nos países; e ii) analisar se a transparência das demonstrações contábeis proporciona maior facilidade no estabelecimento de relações de negócios.

As IFRS são apoiadas por outras organizações dentro do sistema internacional regulatório, incluindo o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), o Banco Mundial e o G20. O Grupo G20, reúne as vinte maiores potências mundiais e conta com a participação de Chefes de Estado, Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais de dezenove países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia juntamente com a União Europeia. Esse grupo visa a incentivar a formação de um consenso sobre questões internacionais, tanto na área política como da Economia financeira e o grupo representa 90% do PIB mundial.

Nesta oportunidade, pretende-se estudar os impactos gerados pela IFRS no grupo do G20, e verificar se esses impactos têm favorecido as empresas a fazerem transações comerciais, e se a experiência com as IFRS dos países e com a transparência da informação contábil podem ser considerados fatores positivos para essas relações comerciais. Por meio da análise desses países do G20, é possível também verificar se essa relação é a mesma entre países desenvolvidos e os países considerados emergentes.

Como contribuições, a pesquisa pretende apresentar uma melhor compreensão dos benefícios para os países que aderiram às IFRS, identificar a transparência, a responsabilidade e a eficiência na capacidade de expandir suas negociações, com vistas a atender aos interesses dos investidores do mercado de capitais e dos gestores de empresas. Do mesmo modo, espera-se levantar argumentos positivos e negativos sobre a amplitude do alcance econômico no processo de convergência internacional de padrões contábeis, de forma a contribuir para o aprofundamento das discussões e a qualidade do arcabouço normativo contábil. Espera-se

também, estimular as empresas a adotarem completamente as normas, por trazerem uma confiabilidade maior ao investidor.

Este artigo se organiza da seguinte forma: na primeira seção uma breve introdução, seguida de fundamentação teórica que sustenta as argumentações apresentadas. Na terceira seção, descreve-se a metodologia da pesquisa; em seguida, na quarta seção, apresenta-se a análise dos resultados e sua discussão. Na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Convergência Contábil**

Com o cenário de globalização, houve a necessidade de aderir a uma linguagem comum às práticas contábeis entre os diferentes padrões contábeis internacionais. De acordo com Andrade (2015, p. 10) “[...] as crises sucessivas no Japão, na Rússia, no Brasil, além dos problemas com empresas norte-americanas, demonstraram que a contabilidade não conversava entre si em nível internacional”. A partir dessa necessidade, foram criadas as normas IFRS com o objetivo de: i) oferecer a transparência e melhorar a comparabilidade internacional e a qualidade das informações financeiras; ii) fortalecer as responsabilidades da gerência por meio das informações relevantes; e iii) contribuir para a eficiência econômica e ajudar investidores a identificarem oportunidades e riscos na alocação de capital (IFRS, 2017).

Em síntese, a internacionalização dos mercados trouxe consigo a necessidade de padronizar a contabilidade a nível internacional, pois era necessária a comparação de informações entre as companhias (PADOVEZE et al., 2011), bem como se esperava que essa convergência proporcionasse maior transparência dos demonstrativos financeiros e gerasse a integração dos mercados financeiros internacionais e a consolidação dos blocos econômicos, com vistas à estabilidade financeira.

Para Coelho (2015, p. 7): “[...] no mercado de capitais, o que mais se penaliza é a incerteza”. Entende-se, portanto, que se há incerteza, há risco e, se há risco, o usuário pode analisar a viabilidade de constituir novos negócios, ou seja, a partir do momento em que o mercado financeiro e o mercado de capitais começam a se comunicar, surge a necessidade de convergir as práticas contábeis a um modelo comum. A convergência às normas internacionais elimina essa incerteza e permite aos investidores entenderem como funcionam as empresas e suas principais características (COELHO, 2015).

Assim, a convergência contábil tem como objetivo complementar as práticas contábeis entre os países, por atender à necessidade da informação contábil e permitir a adequação às diferenças existentes (OLIVEIRA; LEMES, 2011). Entretanto, uma convergência total somente será possível, se os fatores determinantes relacionados à cultura, às práticas empresariais, aos sistemas políticos, à inflação, à tributação e aos riscos empresariais se encontrarem harmonizados a uma linguagem global (PADOVEZE et al., 2011).

Para os usuários que querem estabelecer negociações comerciais nacional e internacionalmente, é relevante compreender as dimensões internacionais da Contabilidade, pois as informações podem variar de um país para o outro, uma vez que os fatores exemplificados no parágrafo anterior mudam de acordo com os princípios contábeis aceitos em cada país. Seria de grande complexidade entender as demonstrações sem um conhecimento da cultura do país (LIMA, 2011).

Como se pode verificar, a convergência contábil é relevante, pois facilita o fornecimento e interpretação das informações, gera comparabilidade, transparência, qualidade nas demonstrações e compreensibilidade para seus usuários. Quem não se adaptar pode perder frente ao mercado. Nesse prisma, Lima (2011) menciona que:

[...] o principal motivo para a adoção do modelo internacional de normas contábeis fundamenta-se no aumento do nível de confiança das informações divulgadas, permitindo a todas as partes interessadas avaliar as suas possibilidades de aplicação de recursos com base em informações mais precisas, o que diminui o nível de incerteza e resulta em um menor custo de capital para as empresas brasileiras (LIMA, 2011, p. 18).

Quando se tem confiabilidade nas informações, encontra-se a facilidade na interpretação e na análise dos dados, gerando independência e credibilidade como elementos essenciais nas negociações. Por isso, a informação contábil que abrange melhor qualidade terá mais utilidade para os investidores, facilitando a negociação e aumentando a possibilidade de efetivar a transação. De acordo com Silva (2013), espera-se que os usuários da Contabilidade sejam beneficiados com relatórios contábeis mais informativos, que possam auxiliá-los em suas decisões no mercado de capitais e contribuir para a redução do custo de capital.

Portanto, a adoção das IFRS na União Europeia se deu em função de um lei criada no ano de 2002, que exigiu que, a partir de 2005, todas as empresas de capital aberto começassem a divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRS. De acordo com Lourenço e Branco (2015) o ano de 2005 tornou-se um marco para essa convergência, uma vez que foi nesse ano que ocorreu na UE e na Austrália, como também o ano de 2010, tornou-se o

segundo marco com o processo de adoção obrigatória no Brasil em âmbito mundial, pois é o único país que resultou a adoção das IFRS em duas etapas.

A transição no Brasil teve início em 2008 e exigiu que as empresas adotassem a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, mas passou ter obrigatoriedade em 2010. De acordo com Silva (2013), diversos países possuem projetos de convergência, mas não adotaram as normas internacionais. O Quadro 1 contém os países do G20 e seus respectivos planos de convergência às IFRS.

Quadro 1 – Países e seus respectivos planos de convergência para as IFRS

<b>Países</b>	<b>Situação quanto aos planos de convergência para as IFRS</b>
Argentina	Obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2012
Austrália	Obrigatório para todas as empresas do setor privado e como base para a divulgação do setor público desde 2005
Brasil	Obrigatório para as demonstrações contábeis consolidadas de bancos e companhias abertas a partir de 31 de dezembro de 2010, e para as demonstrações contábeis individuais, progressivamente, desde janeiro de 2008
Canadá	Obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2011 para todas as companhias abertas e permitido para entidades do setor privado, incluindo aquelas sem fins lucrativos
China	As empresas já adotam as IFRS desde 2006.
União Europeia	Todos os Estados membros da UE são obrigados a adotar as IFRS desde de 2005
França	Obrigatório desde 2005
Alemanha	Obrigatório desde 2005
Índia	Obrigatório a partir de 1 de abril de 2016 para empresas com patrimônio líquido de R\$ 500 crore ou mais
Indonésia	Processo de convergência em curso, atualmente, não existe um plano (e conseqüentemente nenhum cronograma) para a adoção completa das IFRS.
Itália	Obrigatório desde 2005
Japão	Permitida a partir de 2010 para algumas empresas internacionais; decisão no processo de considerar e decidir a adoção obrigatória de IFRS por empresas públicas.
México	Obrigatório a partir de 2012
Coreia do Sul	Obrigatório a partir de 2011, exceto para os bancos mútuos de poupança, os quais devem adotar os K-IFRS dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro 2016.
Rússia	Obrigatório a partir de 2012
Arábia Saudita	Obrigatório para empresas bancárias e de seguro. A convergência total com as IFRS ainda está em estudo
África do Sul	Obrigatório para as companhias abertas desde 2005
Turquia	Obrigatório para as companhias abertas desde 2005
Reino Unido	Obrigatório desde 2005
Estados Unidos	Permitido para os emissores estrangeiros nos EUA desde 2007

Fonte: IFRS (2016a).

De acordo com o Quadro 1, alguns países tiveram mais resistência, enquanto outros decidiram adotar prontamente as normas contábeis internacionais. Estados Unidos, Japão, China, Indonésia e Índia apresentam uma indecisão em relação ao processo de convergência. Por exemplo, a Rússia exigiu a adoção das IFRS a partir de 2012, enquanto a Indonésia tem um processo de convergência em curso, mas sem data determinada para adoção.

## 2.2 Impactos da Convergência Contábil

Os reflexos e os impactos têm resultado em contribuição para o entendimento no processo de convergência contábil, que ajuda nas informações contábeis. Para Santiago (2016), a análise do risco pode ser um impacto econômico provocado pelas IFRS; assim que a informação contábil é alterada, há efeitos sobre sua qualidade e sobre a precificação dos ativos, o que confirma a ideia de que o risco exerce forte influências nas decisões de investimento.

Lourenço e Branco (2015), por sua vez, citam que a adoção voluntária tende a apresentar efeitos não positivos, enquanto a adoção obrigatória tende a proporcionar evidências de efeitos positivos. Entretanto, vários autores questionam se pode-se atribuir os efeitos nos mercados de capitais, de fato, em sua totalidade, à adoção das IFRS.

De acordo com o Quadro 2, é possível observar alguns estudos que foram realizados sobre os efeitos da adoção das IFRS, tecendo discussões sobre os que foram ocasionados com a convergência, sendo apresentados em tais estudos: a comparabilidade, *o value relevance*, as escolhas contábeis, *o disclosure*, o desempenho e a qualidade da informação.

Quadro 2 – Efeito da Adoção das IFRS

Efeitos da adoção das IFRS no/a (s):	Nº de estudos considerados	Amostra	Autores	Resultados Principais
Comparabilidade	1	Profissionais de Auditoria	Almeida, N.S; Lemes, S. (2013)	As IFRS podem ser interpretadas de formas diversas, prejudicando a comparabilidade
Comparabilidade	2	Empresas brasileiras e portuguesas listadas	Botinha, R.A.; Lemes, S.; Silva, P.R.; Souza, F.E. A (2015); Reina, D.R. M.; Reina, D.; Silva, S.F.(2014)	Nível Médio de comparabilidade com a adoção das IFRS.
<i>Value Relevance</i>	1	Bancos brasileiros listados	Carvalho, L. N. G; Chiqueto, F.; Colossal, G.; Silva, R.L.M. (2015)	Encontrada relevância para uma variável específica.
<i>Value Relevance</i>	3	Empresas brasileiras listadas	Pimentel, R.C.(2015); Cavalcante, P.R.N.; Santos, M.A.C,(2014); Macedo, M.A.S.; Machado, M.A.V.; Machado, M.R.(2013).	Não houve evidência de maior reação do mercado com a adoção das IFRS.

<i>Value Relevance</i>	3	Empresas brasileiras listadas e empresas brasileiras do setor elétrico	Batista, B.L.L.; Gonçalves, J.C.; Macedo, M.A.S.; Marques, J.A.V.C. (2014); Nardi, P.C.C.; Silva, R.L.M. (2014); Gonçalves, J.C.; Macedo, M.A.S.; Rodrigues, A.(2014).	As informações contábeis se tornaram mais relevantes com a adoção das IFRS.
Escolhas Contábeis	6	Empresas brasileiras listadas e bancos brasileiros	Lopes, A.B.; Walker, M. (2012); Duarte, G.; Murcia, F.D.R.; Souza, M.M.; Wuergues, A.F.E. (2013); Corrar, L.J.; Jucá, M. N.; Macedo, M.A.S.; Nogueira Junior, E.(2013); Machado, M.A.V.; Martins, V.G.; Silva Filho, A.C.C.(2013); Costa, F.M.; Freitas, K.C. (2015); Boente, D.; Paulo,E.; Tavares, M. (2013)	Resultados diferem dependendo da variável.
<i>Disclosure</i>	3	Empresas Brasileiras listadas	Lemes, S.; Oliveira, V.A.(2011); Mapurunga, P.V.R.; Ponte, V.M.R.; Santos, E. S. (2014); Ambrozini, M.A. (2014)	A adoção das IFRS aumentou o nível de divulgação.
<i>Disclosure</i>	1	Empresas Brasileiras listadas	Crisóstomo, V.L (2009)	Efeito nulo da divulgação de alguns itens.
<i>Disclosure</i>	2	Empresas Brasileiras do setor elétrico listadas	Bezerra, F.A.; Rodrigues Junior, M.M.; Santos, A.C.; Zonatto, V.C.S. (2011); Saloti, B.M.; Telles, S.V.(2015)	Resultados diferem dependendo da variável.
<i>Performance</i>	3	Empresas brasileiras listadas e empresas brasileiras de construção e transporte listadas	Hein, N.; Kroenke, A.; Rodrigues, M.M; Wilhelm, V.E. (2015);Ambrozini, M.A.; Brito, .S.(2014); Cunha, P. R.; Hein, N.; Lyra, R.L.W.C. Santos, V. (2013)	A <i>performance</i> dos indicadores financeiros não foi afetada pela adoção das IFRS.
<i>Performance</i>	1	Bancos brasileiros listados	De Luca, M.M.M.; Farias, J.B.; Oliveira, M.C.; Ponte, V.M.R. (2014)	Resultados diferem dependendo da variável.
Qualidade da informação	1	Empresas brasileiras listadas	Calixto, L.; Santos, E.S. (2010)	Aumento da qualidade da informação com a adoção das IFRS.

Qualidade da informação	5	Empresas brasileiras listadas	Freitas, S.C.; Lima, G.A.S.F.; Lima, I.S. Santos, L.P.G. (2011); Joia, R.M; Nakao, S.H.(2014); Alves, J.S.; Martinez, A.L. (2014); Cardoso, R.L.; Dantas, M.M.; Souza, F.S.R.N. (2015); Demonier, G.B.; Sousa, A.F.; Sousa, E.F.(2016)	Efeito nulo na qualidade da informação.
Qualidade da informação	1	Empresas brasileiras listadas	Santos, E. S. (2012)	Resultados diferem dependendo da variável.

Fonte: Levantamento realizado em periódicos Qualis Capes A1, A2, B1 e B2 (classificação triênio 2000-2002) considerando o período de 2009 a 2016 (GIROTTI, 2016).

De acordo com o Quadro 2, com a adoção das IFRS, as empresas apresentaram efeitos diferentes sobre as informações contábeis, o que podem impactar na compreensão e utilidade da mesma aos usuários. Soderstrom e Sun (2007) argumentam que a qualidade da contabilidade é influenciada diretamente pelas normas de contabilidade, sistemas político e legal dos países e pelos incentivos das informações financeiras tais como: desenvolvimento do mercado financeiro, estrutura de capital, propriedade e sistema tributário. Quando se adota as IFRS espera-se que as informações sejam mais confiáveis e de relevante valor. Os sistemas político e legal dos países afetam diretamente e indiretamente na qualidade, o político através dos seus usuários da contabilidade tal como autoridades tributárias, bancos, *shareholders*, gestores e sindicatos dos trabalhadores influenciam significativamente. Já o sistema legal é importante, principalmente nas situações que não estão previstas nas IFRS e necessitam de uma interpretação dos princípios.

Calixto (2010) efetuou um estudo qualitativo com ênfase nos resultados sobre os impactos da implantação das IFRS em países europeus. Foi feita uma análise em 76 artigos e quatro dissertações, na qual foram classificados os trabalhos quanto ao tema central e objetivos. Grande parte das investigações sobre o custo de capital identificaram uma redução após a adoção das IFRS. Acerca da opinião de contadores, auditores e executivos quanto à implantação das IFRS, perceberam como positiva a adoção de padrão único, e como negativo as dificuldades de adaptação, sendo que faltam conhecimento e altos são os custos com a mudança. Outro aspecto bastante destacado nas pesquisas é a melhora na qualidade e relevância das informações para o mercado financeiro após a adoção do IFRS.

Alfaiate (2012) analisou 30 empresas cotadas na Euronext Lisbon no período de 2002 a 2007, com vistas a verificar o impacto da adoção das IFRS na relevância da informação

contabilística das empresas em Portugal, com valores cotados na Euronext Lisbon, em um período pré-IFRS (de 2002 a 2004) e pós-IFRS (de 2005 a 2007). Identificou que houve um impacto positivo no resultado líquido por ação da empresa, que se tornou relevante somente após a adoção das IFRS; quanto ao valor contabilístico do capital próprio, não apresentou alterações e esse valor é relevante em ambos os períodos.

Antunes et al. (2012) comentaram as principais mudanças ocorridas recentemente nas suas práticas contábeis no Brasil. Foram comentados os efeitos esperados na qualidade da informação, com foco em termos de reconhecimento, de mensuração e de divulgação dos eventos econômicos que afetam o patrimônio de uma empresa. Em conclusão, consideraram que todas alterações foram relevantes pois visam a melhorar a qualidade da informação contábil divulgada no âmbito cultural e passam a exigir do contador as habilidades de análise e de interpretação, contribuindo para a valorização da profissão no Brasil.

Silva (2013) investigou o impacto da adoção completa das IFRS na qualidade das demonstrações contábeis e no custo de capital próprio das empresas brasileiras de capital aberto no período 2000 a 2011. Os dados foram coletados nas seguintes bases: Economatica®, *Data Stream* da Thompson, *sites* da CVM e da NYSE, e foram separados em dois grupos: empresas que adotaram voluntariamente as normas internacionais e empresas que a adotaram por serem obrigatórias. Os resultados obtidos por ele para qualidade da informação contábil mostraram um aumento na transparência das demonstrações e uma redução no custo de capital próprio.

Domenico et al. (2014) buscaram verificar se a adoção das IFRS por empresas brasileiras trouxe impactos significativos aos indicadores econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBovespa; foram por eles examinadas as demonstrações contábeis divulgadas em 2009, antes da adoção das IFRS; a amostra foi de 100 empresas com maior negociação de ações. Foram selecionados três grupos de indicadores econômico-financeiros a serem estudados: estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Concluiu-se que os indicadores de liquidez e rentabilidade não foram afetados pela adoção das IFRS, já no que concerne à estrutura de capital, os resultados apontam estatisticamente um impacto significativo apenas no indicador de imobilização do patrimônio líquido, sendo benéfica às empresas investigadas, com o incremento no valor de seus patrimônios líquidos.

### 3 ASPECTOS METODOLOGICOS

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo, pois busca descrever o entendimento sobre os impactos da adoção da IFRS e se, com a adoção, a transparência e a comparabilidade tem sido eficaz nas relações comerciais. De acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva é aquela que determina a população ou fenômeno, descreve suas características com o objetivo de estabelecer relações entre as variáveis; sendo que na presente pesquisa, busca-se identificar a relação existente entre a adoção das normas e a facilidade do país em fazer negócios.

Quanto aos procedimentos técnicos foi usada a pesquisa bibliográfica, que deu subsídios à elaboração do referencial teórico, por meio de livros, artigos e revistas, bem como uma pesquisa documental, que visou a selecionar e interpretar a informação bruta a partir da qual foram extraídos os dados. Buscou-se analisar os pontos positivos e negativos entre as relações comerciais.

Os dados coletados foram tratados, inicialmente, de forma descritiva para a mensuração de características da amostra. Para compor a amostra da pesquisa, foram selecionados apenas os países relacionados ao G20, pois esses países formam 80% do comércio e dois terços da população mundial. O Quadro 3 registra a composição da amostra de países da pesquisa.

Quadro 3 Amostra de países da pesquisa

<b>ETAPAS DE SELEÇÃO DOS PAÍSES</b>	<b>Nº</b>
Nº de países listados no G20	20
(-) Nº de países excluídos por ainda não adotarem as IFRS (China, Índia, Indonésia, Japão e Estados Unidos)	(5)
(-) Nº de países excluídos por representarem mais de um país (União Europeia)	(1)
<b>Total de países selecionados para a pesquisa</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

A amostra final é composta por quatorze países elencados de acordo com o *site* das IFRS: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, França, Itália, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Os dados coletados que foram analisados compreendem aos anos de 2015 e 2016, especificamente os últimos 2 anos, perante o fato de não haver dados da variável *Doing Business* em períodos anteriores a 2015, foram coletados do *sítio eletrônico* do Banco Mundial (World Bank).

### 3.1 Variáveis utilizadas e modelo de regressão

Para a composição do modelo de regressão múltipla, foram utilizadas, além da variável dependente (*doing business*), as variáveis independentes (ou explicativas) que podem melhor explicá-la. A presente pesquisa segue a mesma perspectiva de Houque e Monem (2016) que ao testarem se a contabilidade explica um cenário que impacta o desenvolvimento de um país (na pesquisa os autores buscaram explicar a corrupção percebida) utilizaram como variáveis de controle características culturais, desenvolvimento econômico e sistema jurídico. Assim na presente pesquisa, também utilizou-se como variáveis de controle o sistema jurídico, o produto interno bruto per capita (PIB), o regime jurídico, e a aversão à incerteza daquele país, assumindo que estes fatores também podem explicar o comportamento da facilidade de estabelecer relações comerciais em um país. Incluiu-se adicionalmente na presente pesquisa a variável carga tributária.

A carga tributária (extraída do World Bank) sinaliza um dos desafios burocráticos e legais que um empresário tem que enfrentar para abrir um negócio, podendo dificultar as relações comerciais e expressam os impostos e as contribuições obrigatórias que uma empresa deve pagar ao longo de um ano, incluindo ônus administrativos relacionado com o pagamento de impostos e contribuições e os procedimentos pós-declaratórios (*postfiling*) (WORLD BANK, 2017). O Quadro 4 apresenta as variáveis previamente selecionadas.

Quadro 4 Variáveis analisados no estudo

Variável-Sigla	Métrica	Fonte
<i>Variáveis dependentes</i> <b>Doing business- DO</b>	Índice Facilidade de fazer negócios. As economias são classificadas em sua facilidade de fazer negócios 1 (mais fácil) a 183 (mais difícil). Quanto mais próximo de 1 o índice de negócios será propício para a operação de negócios.	<b>Fonte:</b> Doing Business (World Bank Data Base, 2016b).
<i>Variáveis independentes</i> <b>Experiência IFRS – IFRSE</b>	Tempo de experiência em número de anos desde que o país adota as IFRS de forma obrigatória. Países que no período de análise ainda não tinham adotado as normas atribui-se a nota 0.	<b>Fonte:</b> IFRS (2016b) e IAS Plus (DELOITTE, 2016).
<b>Extent of disclosure index – DISC</b>	O índice de extensão de <i>disclosure</i> mede até que ponto os investidores são protegidos por meio da divulgação da propriedade e da informação financeira. O índice varia de 0 a 10, sendo que quanto próximo de 10, maior a extensão de divulgação	<b>Fonte:</b> Doing Business (World Bank Data Base, 2016b).
<u>SISTEMA LEGAL</u> <b>Regime Jurídico – LAW</b>	Classificação do sistema legal do país. <i>Dummy</i> : 1 = civil (code) law; 2 = common law; 3 = mixed legal system	<b>Fonte:</b> <i>The World Factbook</i> , Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA).

<u>CARGA TRIBUTÁRIA</u> <b>Taxa de imposto total (% do lucro) – IMP</b>	O indicador registra a carga total de impostos e contribuições pagas por uma empresa de médio porte ao longo de um ano.	<b>Fonte:</b> Doing Business (World Bank Data Base, 2016b).
<u>CULTURA</u> <b>Uncertainty avoidance CULT</b>	<i>Índice de Prevenção de Incerteza</i> , representa a maneira como uma sociedade lida com o fato de que o futuro nunca poder ser conhecido.	<b>Fonte:</b> Hofstede (2017)
<u>GRAU DE DESENVOLVIMENTO</u> <b>Produto Interno Bruto – PIB</b>	Valor do Produto Interno Bruto per capita do país.	<b>Fonte:</b> World Development Indicators (World Bank Data Base, 2016b)

**Fonte:** elaborado por estes pesquisadores.

Primeiramente, o teste de *Stepwise* foi aplicado, para verificar quais as variáveis integrariam o modelo, identificando as variáveis que apresentaram redundâncias no relacionamento. Para tal, o teste não sugeriu tirar do modelo de regressão nenhuma variável por não apresentar significância estatística. Em sequência, foi testado dois modelos de regressão, sendo um sem as variáveis que expressam o ambiente contábil do país (IFRS e Disclosure) e outro modelo estimado com todas as variáveis conforme a Equação 1:

$$DO_{ij} = \beta_0 + \beta_1 IFRSE_{ij} + \beta_2 DISC_{ij} + \beta_3 LAW_{ij} + \beta_4 IMP_{ij} + \beta_5 CULT_{ij} + \beta_6 PIB_{ij} + e \quad \text{Equação 1}$$

Na próxima seção, são analisados e discutidos os resultados, iniciando pela análise das estatísticas descritivas e, na sequência, as análises dos resultados das regressões múltiplas, permitindo tecer inferências acerca do objetivo da pesquisa.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise descritiva dos dados

São divulgados nesta seção, os resultados da pesquisa, sendo, primeiramente, apresentada a estatística descritiva das variáveis qualitativas (*doing business*, *disclosure*, impostos, IFRS, cultura e PIB) seguida das variáveis quantitativas que se referem aos índices e variáveis que refletem montantes monetários. Posteriormente, é apresentado o modelo de regressão múltipla, dos quais se extrairam as principais discussões da pesquisa. A Tabela 1 registra a estatística descritiva dos dados.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Obs	Média	Desv Padrão	Interv Conf (95%)	
<b>Doing Business</b>					
2015	14	48,57	39,96	25,50	71,65
2016	14	50,57	39,30	27,88	73,26
Combinado	28	49,57	38,90	34,49	64,66
<b>Disclosure</b>					
2015	14	7,43	1,40	6,62	8,24
2016	14	7,43	1,40	6,62	8,24
Combinado	28	7,43	1,37	6,90	7,96
<b>Impostos</b>					
2015	14	49,99	29,87	32,74	67,23
2016	14	47,55	23,06	34,24	60,86
Combinado	28	48,77	26,21	38,60	58,93
<b>IFRS</b>					
2015	14	6,57	3,72	4,43	8,72
2016	14	7,50	3,86	5,27	9,73
Combinado	28	7,04	3,75	5,58	8,49
<b>Cultura</b>					
2015	14	71,29	18,41	60,66	81,91
2016	14	71,29	18,41	60,66	81,91
Combinado	28	71,29	18,06	64,28	78,29
<b>PIB</b>					
2015	14	23574,34	16787,61	13881,46	33267,22
2016	14	23093,20	16938,72	13313,07	32873,33
Combinado	28	23333,77	16549,92	16916,38	29751,16

Fonte: elaborado por estes pesquisadores.

Nota-se, por meio da Tabela 1, que, no ano de 2015, as empresas apresentaram uma média de nota *doing business* de 48,57 pontos, enquanto em 2016 a média foi de 50,57, ou seja, no geral, as empresas apresentaram melhoria nos indicadores de facilidade de fazer negócios. Já a nota do *disclosure* e cultura mantiveram estável, 7,43 pontos para o *disclosure* e 71,29 pontos para cultura, ou seja, em ambos os anos analisados apresentou-se a mesma média, sendo que os países apresentam um bom nível de *disclosure* (apresentado entre 0 e 10, sendo 10 o maior grau de *disclosure*) e quanto à cultura, que representa o índice de aversão à incerteza, verificou-se que no geral os países apresentam um alto índice de aversão às incertezas. A experiência com as IFRS trouxe uma melhoria de 7,50 pontos em 2016, enquanto, no ano de 2015, foi de 6,57 pontos. Contudo, na nota dos impostos e do PIB houve uma redução, a nota dos impostos de 49,99 pontos para 47,55 pontos na carga tributária arrecadada e para o PIB a nota de 23574,34 pontos para 23093,20. De acordo com Financial Times (2016), o ano de 2015 foi o pior ano para o comércio mundial desde a época da crise financeira, explicando assim a queda na nota do PIB e dos impostos.

De acordo com Lopes (2009) no sistema legal *code law* ou direito romano as normas emanam do texto legal, regras e normas gerando burocracia e dificultando os negócios, já no sistema *common law* ou direito consuetudinário está mais ligado aos costumes e tradições, sendo assim sofrendo ausência de regras. Na Tabela 2, pode ser visualizado o sistema legal dos países inseridos.

Tabela 2- Sistema legal dos países

	Freq	Freq. Rel.	Freq. Ac.	Média (do)	Desv Pad. (do)
<b>Ano 2015</b>					
	14	50,00%	50,00%	48,57	39,96
2016	14	50,00%	100,00%	50,57	39,30
Total	28	100,00%		49,57	38,90
<b>Sistema Legal</b>					
Code Law	18	64,29%	64,29%	63,89	37,68
Common Law	6	21,43%	85,71%	13,83	6,55
Misto	4	14,29%	100,00%	38,75	39,56
Total	28	100,00%		49,57	38,90

Fonte: elaborado por estes pesquisadores.

De acordo com a Tabela 2, quanto ao sistema legal, percebe-se que foram feitas vinte e oito observações de países da amostra dezoito foram os classificados como *code law* apresentando maior pontuação no índice, por apresentarem mais países nesse sistema, sendo assim, ele tem menor facilidade de fazer negócios, por ser mais rígido em regras torna-se mais difícil constituir relações comerciais. Já o sistema *common law* apresenta seis países, o fato de ser considerado um país de sistema *common law* contribui para a abertura em fazer negócios, porque trata-se de um sistema baseado em relacionamentos e com poucas regras, sendo mais fácil possíveis constituições de parcerias e transações comerciais.

#### 4.2 Análise do modelo proposto

As variáveis analisadas foram testadas por meio da técnica de regressão linear múltipla, sendo observados os pressupostos básicos propostos por Fávero et al. (2014, p. 110-111): i) variável dependente deve apresentar distribuição normal; ii) Os resíduos estimados devem possuir distribuição normal; iii) Não deve haver correlações elevadas entre os resíduos e cada uma das variáveis explicativas (resíduos homocedásticos); iv) Não deve haver correlações elevadas entre as variáveis explicativas (ausência de multicolinearidade); v) Caso estejamos lidando com uma série temporal (ou seja, as observações variam em função do tempo), os resíduos não poderão ser autocorrelacionados (ausência de autocorrelação dos resíduos).

Foi adotada a técnica de winsorização para o tratamento dos *outliers*, com finalidade de que as amostras demonstrassem uma distribuição normal. Foi necessário corrigir a variável PIB *per capita* por meio do Logaritmo Neperiano. Após a winsorização, identificou-se por meio do teste de correlação, que não houve grau de correlação forte entre as variáveis independentes, afastando, *a priori*, problemas de multicolinearidade.

Para a restrição dos problemas de heterocedasticidade e de multicolinearidade dos resíduos, empregou-se o método de robustez e o do teste da estatística VIF (fator de inflação da variância), para comprovar a ausência de multicolinearidade no modelo. Observa-se, portanto, que os pressupostos da regressão linear múltipla foram preservados e viabilizaram as análises.

O teste de *Stepwise* foi aplicado para verificar quais as variáveis integrariam o modelo e identificar as variáveis que apresentaram redundâncias no relacionamento. Para tal, o teste não sugeriu tirar do modelo de regressão nenhuma variável por não apresentar significância estatística. Antes de fazer o teste por meio das variáveis representativas da Contabilidade, procurou-se identificar qual o poder explicativo da facilidade de fazer negócio utilizando apenas as demais variáveis explicativas, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Sem as variáveis representativas da Contabilidade

Regressão Linear				Número de Obs.: 28		
				F (6, 21): 8,76		
				Prob > F: 0,0001		
				R-quadrado: 0,5946		
				Raiz MSE: 28,0870		
Doing B	Coef.	Erro Pad. Rob.	t	P>t	[95% Interval Conf.]	
<b>Sist. Legal</b>						
Common Law	-50,79	23,09	-2,20	0,04	-98,80	-2,78
Misto	-72,60	18,49	-3,93	0,00	-111,06	-34,15
Impostos	0,46	0,33	1,38	0,18	-0,23	1,14
Cultura	-1,34	0,41	-3,28	0,00	-2,20	-0,49
PIB	-36,50	9,83	-3,71	0,00	-56,94	-16,05
Ano 2016	1,52	10,69	0,14	0,89	-20,71	23,76
cons	499,89	98,44	5,08	0,00	295,17	704,61

Fonte: elaborado por estes pesquisadores.

Foi identificado que as demais variáveis explicativas sem as variáveis representativas da Contabilidade explicam 59,46% da variação da facilidade de fazer negócios dos países, sendo que seu teste F resultou em uma estatística de 8,76 que retomou um p-valor de 0,001, ou seja esse resultado conduz a rejeição da hipótese nula. Na sequência, apresenta-se a Tabela 4 que inclui as variáveis representativas da Contabilidade.

Tabela 4 – Com variáveis representativas da Contabilidade

Regressão Linear				Número de Obs.: 28		
VIF = 2.57				F( 8, 19): 10,65		
				Prob > F: 0,0000		
				R-quadrado: 0,7027		
				Raiz MSE: 25,2870		
Doing B	Coef.	Erro Pad. Rob.	t	P>t	[95% Interval Conf.]	
IFRS	-4,46	1,73	-2,58	0,02	-8,08	-0,84
Disclosure	3,64	5,01	0,73	0,48	-6,86	14,13
<b>Sist. Legal</b>						
Common Law	-77,54	24,11	-3,22	0,01	-128,00	-27,08
Misto	-61,69	20,75	-2,97	0,01	-105,12	-18,26
Impostos	0,61	0,14	4,48	0,00	0,33	0,90
Cultura	-1,96	0,47	-4,15	0,00	-2,94	-0,97
PIB	-25,32	11,56	-2,19	0,04	-49,51	-1,13
Ano 2016	6,53	9,64	0,68	0,51	-13,65	26,71
_cons	432,83	128,98	3,36	0,00	162,88	702,78

Fonte: elaborado por estes pesquisadores.

O teste F resultou em uma estatística de 10,65 que retornou um p-valor de 0,0000 inferior a 0,01. Esse resultado conduz à rejeição da hipótese nula de que todos os parâmetros sejam estatisticamente iguais a zero, ou seja, existe pelo menos um coeficiente das variáveis explicativas que é estatisticamente significativa a 5%. Assim há variáveis que explicam a variação no grau de facilidade de fazer negócios do país.

Observa-se que foram testados dois modelos, sendo um sem as variáveis representativas da Contabilidade (Tabela 3) e um modelo com tais variáveis na Tabela 4. Observou-se que a inserção das variáveis contábeis permitiu que o conjunto de variáveis explicativas passasse a explicar em maior grau as variações ocorridas na variável dependente (*doing business*).

Se, antes de incluir as variáveis contábeis, o modelo tinha um poder explicativo de cerca de 59,46%, com as variáveis contábeis, passou-se a explicar cerca de 70,27%. Verificou-se que em um nível de significância de 5%, as variáveis experiência com IFRS, sistema legal, carga tributária, cultura PIB, explicam a variação no grau de facilidade de fazer negócios do país. (SODERSTROM; SUN, 2007)

Conforme o modelo estimado, para cada ano de aumento na experiência do país com IFRS, ocorrerá uma redução de 4,46 pontos na pontuação de facilidade de fazer negócios do país, aproximando-se mais da classificação de um país com maior facilidade de fazer negócios, isso corrobora com estudos anteriores (SILVA, 2013; HOUQE; MONEM, 2016), ou seja, a adoção das IFRS trouxe aumento na transparência das informações e gerou maior facilidade de fazer negócios.

O fato de ser considerado um país de sistema *common law* também reduz 77,54 unidades na pontuação de facilidade de fazer negócio do país, ou seja, ele é inversamente proporcional contribuindo para a abertura em fazer negócios, porque trata-se de um sistema baseado em relacionamentos e com poucas regras, ou seja, infere-se que a ausência de regras impede possíveis obstáculos para a constituições de parcerias e transações comerciais. (LOPES, 2009)

Quanto à carga tributária do país, a cada aumento de uma unidade percentual na carga tributária, aumenta-se em 0,61 a pontuação de facilidade de fazer negócios, ou seja, reduz a percepção do país quanto à facilidade de fazer novos negócios. A cultura do país também influencia na facilidade de fazer negócios: quanto maior é a aversão à incerteza, menor é a facilidade de fazer negócios (SODERSTROM; SUN, 2007) e cada aumento no indicador de cultura ocorre uma redução na pontuação do *doing business* de 1,96. Quanto ao indicador econômico, a cada unidade de aumento no PIB ocorre uma redução de 25,32 no indicador *doing business* representando que quanto maior o PIB, a riqueza do país, maior torna-se a facilidade de fazer negócios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar como as IFRS impactam as relações comerciais dos países. Teve como objetivos específicos, analisar os impactos positivos e negativos da adoção das IFRS nos países, bem como analisar se a transparência das demonstrações contábeis proporciona maior facilidade no estabelecimento de relações de negócios.

Para tanto, foi testada a relação entre a facilidade de fazer negócios e as variáveis que expressam o ambiente contábil do país (IFRS e Disclosure) por meio de uma regressão linear múltipla, sendo analisados quatorze países membros do G20 nos anos de 2015 e 2016. Os resultados mostraram que as variáveis contábeis IFRS e disclosure juntamente com as demais variáveis sistema legal, impostos, cultura e PIB explicam 70,27% do grau de facilidade de fazer negócios, enquanto sem essas variáveis (*IFRS e Disclosure*) há uma redução no indicador para 59,46%. A experiência com IFRS, sistema legal, carga tributária, cultura, PIB, explicam a variação no grau de facilidade de fazer negócios do país, de modo que, quanto maior o PIB, maior se torna esse indicador e o mesmo acontece com a experiência com IFRS ao longo dos anos. Por outro lado, as variáveis carga tributária, o sistema *common law* e a incerteza da cultura reduzem a facilidade de fazer negócios.

Acredita-se que o trabalho tenha contribuído para apresentar o fato de que quanto maior for a experiência com as IFRS e a transparência auxiliarão na facilidade de fazer negócios. Espera-se que o trabalho tenha resultados relacionados à prática, no sentido de estimular as empresas a adotarem completamente as normas, por trazerem uma confiabilidade maior ao investidor.

Entende-se como limitação da pesquisa o fato de terem sido analisados somente dois anos, no entanto os índices de facilidade de negócios estavam disponíveis apenas para esses dois períodos analisados. Sugere-se como pesquisa futura analisar outros meios de identificar a facilidade de fazer negócios ou, em próximos anos, retomar a pesquisa para analisar um período mais extenso. Outra sugestão seria fazer um estudo qualitativo aplicando um questionário para as empresas que aderiram às IFRS, para verificar se houve, de fato, uma facilidade de fazer negócios internacionais.

## REFERÊNCIAS

- ALFAIATE, L. I. N. **Impacto das IFRS na relevância da informação contábilística**. 2012. 43 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.
- ANDRADE, G. A. Um grande esforço pela modernização. **Revista Transparência/IBRACON**, ed. Especial. p. 8-11, 2015.
- ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.
- CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, 157-187, 2010.
- CIA. Central Intelligence Agency. **The World Factbook: Legal System**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/-library/publications/the-world-factbook/fields/2100.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- COELHO, I. Uma grande década para o Brasil. **Revista Transparência IBRACON**, ed. Especial. p. 6-7, 2015.
- DELOITTE. **Use of IFRS by jurisdiction**, IAS Plus. 2016. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- DOMENICO, D. D.; MAGRO, C. B. D.; KLANN, R. C. Impactos Da Adoção Das Full IFRS Nos Indicadores Econômico-Financeiros De Empresas Listadas Na Bovespa. **RIC-Revista de Informação Contábil**, v. 8, n. 1, p.52-70, 2014.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos Quantitativos com Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FINANCIAL TIMES. “Comércio mundial tem o pior ano desde a crise financeira de 2008” **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1743476-comercio-mundial-tem-o-pior-anodesde-a-crise-financeira-de-2008.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- GATSIOS, R. C.; SILVA, J. M.; AMBROZINI, M. A.; ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Impacto da adoção do padrão IFRS sobre custo de capital próprio das empresas de capital aberto no Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 15, 29 a 31 de Julho de 2015, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: Congresso USP, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.
- GIROTTI, M. Pesquisas apontam os resultados da adoção das normas IFRS no Brasil. RBC, **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n.222, p. 7- 15, nov/dez., 2016.

HOFSTEDE. **National Culture: comparison country.** 2017. Disponível em: <<https://geerthofstede.com/countries.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

HOUQUE, M. N.; MONEM, R. M. IFRS Adoption, Extent of Disclosure, and Perceived Corruption: A Cross-Country Study. **The International Journal of Accounting**, v. 51, n. 3, p. 363-378, set., 2016.

IFRS. **Analysis of the G20 IFRS profiles.** 2016a. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Usearound-the-world/Pages/Analysis-of-the-G20-IFRS-profiles.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2017

IFRS. **Jurisdiction profiles.** 2016b. Disponível em: < <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Jurisdiction-profiles.aspx>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

LIMA, J. B. N. D. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil.** 2011. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LOPES, A. B. Normas internacionais de contabilidade. In J. F. R. Filho, J. Lopes & M. Pederneiras (Eds.), **Estudando teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

LOURENÇO, I. M. E. C; BRANCO, M. E. M. A. C. Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p.126-139, 2015.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, 155-173, 2011.

PADOVEZE, C. L., BENEDICTO, G. C. D., LEITE, J. D. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS–US Gaap–BR Gaap.** São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

SANTIAGO, J. S. **Um estudo sobre o impacto do processo de convergência das práticas contábeis no risco sistêmico** 2016.

SILVA, R. L. M. da. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio.** 2013. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: A review. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.

WORLD BANK. **Data Bank.** 2016b. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

WORLD BANK. **Pagamento de impostos.** 2017. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/Methodology/Paying-Taxes>>. Acesso em 20 jul. 2017.